

## Esquerda acerta passo e vai atuar em bloco

As assessorias dos partidos de esquerda começam, a partir de hoje, a trabalhar em conjunto nas emendas supressivas com o objetivo de não permitir a repetição de propostas. A decisão foi tomada ontem pela manhã, durante reunião dos líderes do PT, PDT, PCB, PC do B e PSB, que voltam a se encontrar somente na segunda-feira pela manhã para apreciar o trabalho realizado por suas assessorias.

Também na manhã de segunda-feira, logo após esse encontro, os líderes dos partidos de esquerda pretendem se reunir com o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim para discutir eventuais apoios às suas emendas. Na reunião de ontem as lideranças fecharam uma posição contrária a qualquer adiamento nos prazos para entregas de emendas — que se encerra, conforme calendário regimental, à meia-noite de segunda-feira.

Essa posição, inclusive, foi levada ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que reuniu na noite de quarta-feira, em sua residência, diversas lideranças. Ulysses também foi totalmente contra qualquer prorrogação nos trabalhos da Assembleia. A ideia de adiamento no prazo para entrega de emendas por 48 horas vem sendo defendida por setores do Centro.

As lideranças dos partidos de esquerda acertaram, ainda, elaborar uma série de emendas "alternativas" para um mesmo assunto. Uma espécie de es-

tratégia de atuação em plenário para enfrentar possíveis supressões, por parte de grupos conservadores, de matérias consideradas fundamentais para as esquerdas. Assim, ao capítulo da estabilidade, por exemplo, poderão ser redigidas três emendas supressivas, para aspectos distintos do texto. Esse é um dos temas que a esquerda não engoliu e entende que a Assembleia não aprovou uma estabilidade real para a classe trabalhadora.

### EMENDAS

Na reunião de ontem, somente o Partido dos Trabalhadores apresentou sua relação de emendas supressivas. O PT anunciou aos demais partidos que deseja suprimir, basicamente, dez pontos do texto constitucional. Unicidade sindical, imposto sindical e contribuição para o sistema confederativo; direito de propriedade como direito fundamental; proibição de reforma agrária em terras produtivas; possibilidade de demissão arbitrária ou sem justa causa; discriminação contra os trabalhadores rurais; Estado de Defesa; tutela militar para garantia da lei e da ordem; prazo de dois anos e meio para concessão dos novos benefícios previdenciários; repasse de verbas públicas para entidades privadas nas áreas de saúde, educação e desporto; e, anistia tributária.

O PT também divulgou dez pontos sobre os quais "desenvolverá todos os esforços possíveis para man-

ter". São eles: direito de greve; jornada de seis horas; voto aos 16 anos; proibição da censura; licença-maternidade, licença-paternidade e demais direitos trabalhistas; defesa da empresa nacional e da nacionalização da exploração mineral; mandado de injunção e demais instrumentos de defesa dos direitos fundamentais; imprescritibilidade dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais; direito de greve e sindicalização para os servidores públicos; e, imposto sobre grandes fortunas.

A tarde, o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, estava eufórico, pois acreditava ter encontrado "a fórmula mágica" para se tentar, mais uma vez, modificar o mandato do presidente José Sarney.

"O mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990", diz o artigo quinto das Disposições Transitórias. O PC do B decidiu que apresentará emenda supressiva retirando a expressão "de 1990". Como a Constituição deverá estar promulgada em setembro deste ano, subentende-se que o mandato de Sarney termina no próximo mês de março (apesar de não estar definido o ano), afirmou Haroldo Lima. Ele não acredita na hipótese — no caso de a emenda ser aprovada, o que será muito difícil — de, uma vez não fixado o ano, prevalecer a duração para um mandato para o qual Sarney foi eleito. Ou seja, que terminaria em 15 de março de 1991.

## Campeão de emendas repete dose

UMBERTO DE CAMPOS  
Da Editoria de Política



Vivaldo

Quando o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) se viu representando o partido de Leonel Brizola na Comissão de Redação da Constituinte, descobriu, também, que os seus problemas de consciência estavam resolvidos. Um dos campeões na apresentação de emendas no primeiro turno, Vivaldo estava se vendo limitado a apenas quatro possibilidades no segundo. A comissão salvou-o desse impasse.

Isso porque, ao contrário dos demais comuns mortais constituintes, Vivaldo Barbosa tem o direito de apresentar quantas emendas quiser, dentro da comissão que é coordenada pelo todo-poderoso presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. E Vivaldo não deixou por menos, apresentou nada mais nada menos do que 152 sugestões, conforme pode muito bem ser conferido nos arquivos que a sua assessoria mantém no gabinete 711 da Câmara dos Deputados.

E claro que essas emendas não mudam o texto na sua essência. Seria proibido. Mas para o ego do constituinte carioca não havia nada melhor. Nas emendas, ele apresenta alternativas para purificar mais e mais o complexo texto constitucional, todo ele redigido em linguagem jurídica muitas vezes incompreensível ao vulgo. Com isso, novas palavras, novas construções ou figuras de linguagem podem ser colocadas, desde que o sentido ou a intenção do legislador não seja modificado.

mes dos mais destacados nos trabalhos constitucionais, mas nenhum deles — nem o presidente Ulysses Guimarães — chegou a zelo tão extremo quanto Vivaldo Barbosa.

Mas o que fará o deputado carioca com as quatro emendas supressivas que cada um dos parlamentares terá direito de apresentar para a votação em segundo turno, a partir do final deste mês? Nem mesmo Vivaldo Barbosa sabe exatamente onde pretende modificar o texto constitucional. Por isso, ele já começou a pensar seriamente na tentativa de eleger os quatro assuntos que mais lhe pareçam imperfeitos. O primeiro da lista será — sem sombra de dúvidas — o artigo 121, que trata da sucessão nos cartórios. Essa emenda pretenderá suprimir todo o artigo.

A assessoria de Vivaldo Barbosa não sabe onde mais ele pretenderá mudar. Que alvos estará planejando atingir. Mas ninguém duvida que questões consideradas fundamentais pelos seus princípios políticos como a reforma agrária — desapropriação de terras produtivas — estará dentro dessas emendas.

Se ninguém conseguir apresentar mais do que quatro emendas, mesmo que distribua muitas entre outros parlamentares desinteressados de modificar o texto, Vivaldo Barbosa dificilmente será suplantado, a não ser que algum dos seus companheiros da Comissão de Redação resolva descobrir mais erros e queira suplantá-lo nessa batalha de quem apresenta mais... emendas.

## Nova rodada da Carta já tem 142 propostas

No primeiro dia de recebimento das emendas ao projeto B da Constituição, dois temas mereceram maior atenção — o dispositivo que permite aos estados e Distrito Federal instituírem um adicional de imposto de Renda para as pessoas físicas e jurídicas, e os incisos que estabelecem eleições em dois turnos para os cargos executivos. O leão estadual mereceu quatro emendas supressivas. Os dois turnos foram alvo de três emendas suprimindo e uma liberando para todo o País, incluindo os municípios que têm menos de 200 mil eleitores. Ao todo foram entregues 142 emendas, de 62 constituintes. Apenas 14 parlamentares encerraram a cota, fixada em quatro.

O movimento foi considerado "acima do esperado", pela coordenadora da mesa de recolhimento, Regina Beatriz Ribas Maris. Segundo ela, a expectativa é de que haja maior correria no último dia. E que no Congresso também vale aquele velho costume nacional de deixar tudo para a última hora. "O tumulto só acontece quando estão faltando alguns minutos

para a meia-noite", comentou uma funcionária. O total de emendas poderá chegar a 2.224. No balanço de ontem (feito sobre 80 emendas disponíveis às 18h) os empresários saíram ganhando.

As reivindicações desse setor estão sendo contempladas em diversos pontos. O deputado Eitel Rodrigues foi um dos que mais se sensibilizaram com os argumentos empresariais. Em três emendas ele quer acabar com a licença-paternidade extinguir o imposto sobre ganho de capital (taxado em 5% do IR pago à União) e suprimir da lei de greve sua primeira parte, que concede aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade e os interesses que devem ser defendidos em cada movimento paralisista.

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) está tão empenhado em derrubar a jornada de seis horas de trabalho em turno ininterrupto, que resolveu apresentar duas emendas supressivas ao assunto. Onofre Correa (PMDB-MA) pretende ampliar a anistia aos empresários indiscriminadamente, retirando o limite de 5

mil OTNs do disposto aprovado. Os lobbies retornam ao plenário com a proposta do deputado Feres Nader (PTB-RJ) de estender a aplicação da verba pública às escolas particulares. Para isso ele quer tirar a frase "comunitárias, confessionais ou filantrópicas".

O regionalismo também entra em cena. O nordestino Ismael Wanderley (PMDB-RN) quer voltar com a cobrança do ICM para o petróleo e seus derivados, quando transportados de um estado para outro. Isso porque a proibição do imposto, segundo ele, prejudica principalmente o Nordeste. Já o paulista Salim Curial (PDS-SP), vai trazer à tona a velha discussão em torno da composição da Câmara dos Deputados. Ele quer cortar o § 1º do artigo 46, que estabelece o mínimo de oito e máximo de 70 deputados por federação.

No trabalho de recolhimento das emendas estão trabalhando 27 pessoas. Até domingo, a sala do anexo II estará aberta sempre de 9 às 18 horas. Na segunda-feira, data de encerramento, o horário será de 9 às 24 horas.

# Múltis não influem na Carta

Garantia é de Amato, que chama denúncia de "golpe baixo"



Amato considera denúncia um desrespeito às múltis

## Ulysses acerta segundo turno

A baixa presença de parlamentares ontem em Brasília e a falta de espaço na agenda presidencial determinaram o cancelamento da reunião convocada pelo presidente da República Interino, Ulysses Guimarães, com todos os coordenadores de bancada do PMDB. Três pontos seriam debatidos no encontro marcado por Ulysses para ontem à noite na residência oficial do presidente da Câmara: a fixação de critérios para a formação de uma chapa que concorrerá ao Diretório na convenção de agosto, a votação do 2º turno e uma avaliação do desempenho do PMDB na Constituinte.

Até o final da tarde, o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) cuidava de verificar quantos coordenadores de bancadas estavam em Brasília para participar da reunião. Assustado com o fato de não conseguir localizar mais que cinco coordenadores, ele pediu que seus assessores se certificassem se os con-

vites haviam sido despatchados. Só mais tarde recebeu a comunicação do cerimonial do Palácio do Planalto anunciando o cancelamento da reunião, feito pelo presidente Ulysses Guimarães durante o voo para São Paulo.

Mas a reunião mais importante está prevista para hoje, durante um almoço do presidente Ulysses Guimarães com todos os líderes do PMDB e a equipe de relatores. Neste encontro, será definido o comportamento do PMDB nas votações do 2º turno. De antemão, os líderes trabalham com um dado considerado importante: de todos os avanços alcançados no primeiro turno de votações, o PMDB foi responsável por pelo menos 60%.

"Houve uma falha de comunicação. Estes dados não chegaram até à opinião pública. Temos um levantamento impressionante. Por isso acho que o PMDB vai partir para garantir este texto que aí está", revelou o líder do PMDB.

### ROBERTO CUSTÓDIO Da Sucursal

São Paulo — Assumindo a condição de líder empresarial de maior respeito em São Paulo, o presidente da Fiesp, Mário Amato, enviou ontem telex ao presidente da Constituinte e da República (em exercício), deputado Ulysses Guimarães, manifestando "repulsa" ao noticiário de que empresas multinacionais estariam arrecadando milhões de dólares para uma campanha visando alterações no texto constitucional, no segundo turno de votação.

"Duvidamos que o representante da multinacional ao qual foi imputada a informação tenha assim se manifestado. Primeiro, porque não há como admitir uma atitude imoral como essa, por parte de um segmento importante da sociedade brasileira incumbidos pelo voto popular e direito de estabelecer as normas mais altas substanciadas na futura Constituição do Brasil", diz o documento. Segundo o presidente da Fiesp, o empresário tem atuado junto à Constituinte através de suas legítimas entidades representativas, numa postura aberta, clara, legal e absolutamente ética. "Usam assim da prerrogativa que nos dá o regime que vivemos, democrático e plu-

ralista. Apresentamos as nossas postulações com o mesmo direito reconhecido aos demais segmentos sociais", afirmou.

Segundo se apurou, as notícias sobre esse formidável "lobby" de milhões de dólares multinacionais para os constituintes deixaram em polvorosa a sede da Fiesp nos últimos dias. Admite-se que tais informações — mesmo transmitidas com o cunho oficial e fazendo menções de que o dinheiro será gasto de forma legal em publicidade — prejudicaram as tentativas que o empresariado vem fazendo junto aos parlamentares para mudar dispositivos constitucionais.

A insatisfação do setor empresarial foi também o principal ponto de reunião realizada na última quarta-feira na Fiesp por um grupo de industriais multinacionais que ocupam postos na entidade. Nesse encontro decidiu-se pedir a ajuda do presidente da Fiesp para esclarecer a questão junto ao presidente da Constituinte, em função de outras notícias de que parlamentares com grande influência no Congresso já se preparavam para demonstrar toda a irritação com esse tipo de noticiário envolvendo uso de lobbies e dólares com a intenção de modificar votos de constituintes.

Segundo Mário Amato, o noticiário sobre esse

"lobby" é um golpe baixo contra o empresariado. "Isso é um truque, uma falácia que visa inibir os parlamentares, constringê-los contra nossa posição em favor do empresariado. Agora, eles podem deixar de votar uma emenda qualquer pelo medo de dizerem que foram sobornados". Para Amato, quem conhece o modo de operação do empresariado norte-americano, por exemplo, sabe que "nenhuma firma daquele país pode dar uma garrafa de uísque para quem quer que seja, quanto mais fazer pressão sobre parlamentares". Amato disse também que não existe nenhuma empresa multinacional com autoridade para fazer "lobby" desse tipo. "Nossa manifestação agora não visa só promover a defesa do empresariado, mas queremos assumir a defesa da soberania da Constituinte, que é de todos os brasileiros e não de alguns grupos", observou.

O vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Comissão de Acompanhamento dos trabalhos Constitucionais, instalada na entidade, garantiu que a atuação empresarial se limita a esclarecer, junto aos parlamentares, a sua posição sobre questões de princípio que envolvam os interesses do setor, sem quaisquer constrangimentos para os constituintes.

## Empresários vão aos militares

Os empresários estão pedindo apoio aos ministros militares para as modificações que julgam importantes na Constituição, no segundo turno de votação. Coordenada pelo diretor-tesoureiro da Fiesp, Ruy Altenfelder, uma comissão deles esteve, no último dia 1º, no gabinete do ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, para expor os pontos considerados nocivos aos interesses das empresas. Foi o último contato do grupo, depois de percorrer os ministérios do Exército e Marinha. O

ministro da Aeronáutica tem defendido junto a constituintes a necessidade de reaver a aprovação da jornada de seis horas, por considerar a medida prejudicial ao desempenho dos aeronautas, principalmente no caso das atividades de proteção ao voo, que funcionam ininterruptamente. Além desse item, os militares têm outros interesses comuns aos empresários: as licenças para gestantes e pais, por exemplo, que prevalecerão para cerca de 10 mil funcionários civis que trabalham nas organiza-

ções militares. Assessores dos gabinetes dos ministros militares garantem que tais medidas não prevalecerão na próxima rodada da Constituinte. Segundo eles, uma ampla sondagem já feita pelos militares junto aos constituintes mostrou que a sua maioria está disposta a reaver esses benefícios. O lobby militar é considerado um dos mais eficientes que atuam no Congresso. Conseguiu que o papel das Forças Armadas praticamente não sofresse qualquer alteração.